

O descobrimento da Australia pelos portugueses em 1601

Richard Henry Major

Project Gutenberg

The Project Gutenberg eBook of O descobrimento da Australia pelos portugueses em 1601

This ebook is for the use of anyone anywhere in the United States and most other parts of the world at no cost and with almost no restrictions whatsoever. You may copy it, give it away or re-use it under the terms of the Project Gutenberg License included with this ebook or online at www.gutenberg.org. If you are not located in the United States, you will have to check the laws of the country where you are located before using this eBook.

Title: O descobrimento da Australia pelos portugueses em 1601

Author: Richard Henry Major

Translator: José Maria Almeida e Araújo de Portugal Correia de Lacerda

Release date: July 17, 2009 [eBook #29428]
Most recently updated: January 5, 2021

Language: Portuguese

Original publication: Lisboa: Typographia da Academia, 1863

Credits: Produced by Pedro Saborano (produced from scanned images)

of public domain material from Google Book Search)

*** START OF THE PROJECT GUTENBERG EBOOK O
DESCOBRIMENTO DA AUSTRALIA PELOS PORTUGUEZES EM
1601 ***

**O DESCOBRIMENTO DA
AUSTRALIA
PELOS PORTUGUEZES**

EM 1601

**CINCO ANNOS ANTES DO PRIMEIRO
DESCOBRIMENTO ATÉ ENTÃO
MENCIONADO**

**COM ARGUMENTOS A FAVOR DO PREVIO DESCOBRIMENTO PELA
MESMA NAÇÃO NO PRINCIPIO DO SECULO XVI**

**COMMUNICADO Á SOCIEDADE DOS
ANTIQUARIOS DE LONDRES**

PELO SR. RICHARD HENRY MAJOR, ESQ. F. S. A.

E POR ELLE OFFERECIDO

**Á ACADEMIA REAL DAS
SCIENCIAS DE LISBOA**

TRADUZIDO DE ORDEM DA MESMA ACADEMIA

PELO SOCIO EFFECTIVO

D. José de Lacerda

LISBOA
TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA
1863

DESCOBRIMENTO DA AUSTRALIA
PELOS PORTUGUEZES

O DESCOBRIMENTO DA AUSTRALIA PELOS PORTUGUEZES

EM 1601

**CINCO ANNOS ANTES DO PRIMEIRO
DESCOBRIMENTO ATÉ ENTÃO MENCIONADO**

**COM ARGUMENTOS A FAVOR DO PREVIO DESCOBRIMENTO PELA MESMA
NAÇÃO NO PRINCIPIO DO SECULO XVI**

**COMMUNICADO Á SOCIEDADE DOS
ANTIQUARIOS DE LONDRES**

PELO SR. RICHARD HENRY MAJOR, ESQ. F. S. A.

E POR ELLE OFFERECIDO

**À ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
DE LISBOA**

TRADUZIDO DE ORDEM DA MESMA ACADEMIA

PELO SOCIO EFFECTIVO

D. José de Lacerda

LISBOA
TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA
1863

{1}

O DESCOBRIMENTO DA AUSTRALIA PELOS PORTUGUEZES EM 1601

COMMUNICADO

À SOCIEDADE DOS ANTIQUARIOS DE LONDRES

PELO SR. RICHARD HENRY MAJOR, ESQ. F. S. A.

E POR ELLE OFFERECIDO

À ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA

TRADUZIDO DE ORDEM DA MESMA ACADEMIA

PELO SOCIO EFFECTIVO

D. JOSÉ DE LACERDA

Meu presado sir Henry.

Se podesse haver logar a alguma duvida ácerca da importancia de colligir, e metter no corpo da nossa litteratura, as reliquias dispersas das primeiras relações dos descobrimentos geographicos, a duvida acharia condigna resposta na inquieta curiosidade com que os mais esclarecidos anglo-saxões, habitantes da America, voltam a attenção para as particularidades, ainda de menos monta, que respeitam ás primeiras narrações historicas da sua terra adoptiva.

Um vasto campo de colonisação, inferior sómente á America, se está desenvolvendo com rapidez no sul; e podemos presumir naturalmente que se ha de tornar questão de não pequeno interesse para os que tiverem escolhido a Australia como terra natal de seus filhos, o{2} conhecer quaes foram os primeiros descobridores de um territorio tão vasto nas suas dimensões, tão importante nas suas condições essenciaes, e cujo verdadeiro modo de existir se conservou todavia em segredo por milhares de annos.

No anno de 1859 tive a honra de publicar para a sociedade Hakluyt uma obra intitulada *Primeiras viagens á terra Austral*, comprehendendo uma collecção de documentos e de extractos dos primeiros mappas manuscriptos, tendentes a esclarecer a historia dos descobrimentos sobre as costas daquela vasta ilha, desde o

começo do século XVI até ao tempo do capitão Cook. Na minha introdução áquella obra coube-me fazer vêr que, na primeira parte do século XVI, havia indicações, nos mappas, de ter sido já descoberta a Australia, mas sem documentos escriptos para o confirmar; enquanto que, no século XVII ha documentos auctorisados para demonstrarem que as suas costas foram visitadas pelos hollandezes em grande numero de viagens, posto que não se encontrem documentos que as descrevessem immediatamente. As primeiras viagens dos hollandezes foram feitas em 1606, e ficou para todos manifesto, como ponto historico fóra de questão, que, n'aquelle anno, o primeiro descobrimento authentico da Australia foi feito pelos hollandezes.

É meu objecto n'este escripto annunciar que, nos dias ultimamente findos, o Musêo Britannico me deparou um documento, que, sem hesitação, transfere aquella honra da Hollanda para Portugal, por tal modo que dá a este ultimo paiz uma vantagem sobre o primeiro de cinco annos de indisputavel prioridade. O facto de que a Australia foi na realidade descoberta mais de sessenta annos antes, e com toda a probabilidade tambem por portuguezes, não diminue a importancia d'este outro facto—que desejo agora recordar como pela primeira vez revelado—que a primeira viagem conhecida á Australia, a que se póde marcar data, e o nome do descobridor, foi feita pelos portuguezes em 1601. Comtudo, se eu houvesse de limitar-me á simples enunciação do facto, sem mostrar a posição que tem de tomar na historia do indicado e authentico descobrimento da Australia, receio que a noticia por mim annunciada fosse para vós tão destituida de interesse, como a mim proprio me deixaria descontente. A fim, por tanto, de estabelecer com clareza a minha questão, julgo que devo apresentar-vos um summario do que mais amplamente já escrevi na introdução da minha obra *Primeiras viagens á Australia*, declarando, que por amor da brevidade, tenho omittido as circumstancias de menos momento, e algumas vezes modificado a minha linguagem; porém não me^{3} atrevi, por mera ostentação, e quando não ha com isso a ganhar, a

fazer alteração no que primeiramente havia escripto. Um tal procedimento affigurou-se-me pouco delicado e menos digno.

Fallei das suppostas indicações da Australia, porque, assim como em relação á America, assim também em relação á Australia, podem assignalar-se suspeitas da existencia d'aquelles differentes territorios nos escriptos dos antigos, nos monumentos geographicos da idade média, e, testemunhos ainda mais positivos, com respeito á Australia, nos bem delineados mappas manuscriptos da primeira parte do seculo xvi.

Entre os primeiros escriptores, a citação mais notavel que posso offerecer com referencia ao continente austral, é a que se encontra no Astronomicon de Manilio, liv. 1.º, v. 234-238, onde, em seguida a uma extensa dissertação, diz:

Ex quo colligitur terrarum forma rotunda:
Hanc circum variae gentes hominum atque ferarum
Aeriaeque colunt volucres. Pars ejus ad arctos
Eminet, Austrinis pars est habitabilis oris,
Sub pedibusque jacet nostris.

A data em que Manilio escreveu, posto que não possa fixar-se com exactidão, suppõe-se, com fundamento nas conclusões deduzidas das provas internas que nos suggere o seu poema, que foi no reinado de Tiberio.

No ultimo periodo, a crença da existencia de um grande continente austral anterior aos descobrimentos dos portuguezes no oceano Pacifico, demonstra-se pelos mappas manuscriptos e outros monumentos geographicos, colligidos pelas investigações do meu chorado amigo, o fallecido erudito, e laborioso visconde de Santarem no seu *Essai sur l'Histoire de la Comosgraphie et de la Cartographie du Moyen Age*. No vol. i, pag. 229 d'esta obra, informamos de que «D'autres cartographies du moyen-âge continuèrent à

représenter encore dans leurs mappemondes l'Antichthone, d'après la croyance qu'au delà de la ceinture de l'océan Homérique il y avait une habitation d'hommes, une autre région tempérée, qu'on appelait la terre opposée, ou il était impossible de pénétrer à cause de la zone torride.»

A mais antiga *asserção* do descobrimento de uma terra que tem posição, no primeiro mappa, analoga á da Australia, foi feita a favor dos chins, que se suppoem terem tido conhecimento daquellas costas muito antes do periodo da navegação européa ao oriente.^{4}

Thévenot, nas suas *Relations de divers voyages curieuses*, part. I, pref. París, 1663, diz: «La terre Austral, qui fait maintenant une cinquième partie du monde, a été découverte á plusieurs fois. Les chinois en ont eu connaissance il y a longtemps; car l'on voit que Marco Polo marque deux grandes isles au sud-est de Java, ce qu'il avait appris apparemment des chinois».

A relação de Marco Polo descreve um territorio na direcção da Australia, que contém oiro, elephantes e especiarias, descripção que se vê claramente não poder applicar-se á Australia. Sem duvida houve erro na direcção da indicação suggerida, e parece certo que a terra que se pretendeu descrever era a Cambodia. Não me detenho a dissertar sobre os varios erros crassos a que esta relação deu origem, em presença dos primeiros mappas hollandezes, gravados, que appareceram na derradeira parte do seculo XVI. Fallei d'elles circumstanciadamente no meu *Hakluyt*. São interessantes em relação ao importante territorio a que parece terem referencia, e na realidade recréam pela sua natureza, variedade e numero.

O primeiro descobrimento da Australia, reclamado por alguma nação, é o de um francez chamado Binot Paulmier de Gonneville, natural de Honfleur, que deu á vela d'aquelle porto em junho, 1503, de viagem para os mares do sul. Depois de ter dobrado o cabo da Boa Esperança, foi assaltado d'uma tempestade que o lançou sobre uma terra desconhecida, na qual foi tractado com hospitalidade, e

d'onde, depois da demora de seis mezes, voltou á França, trazendo consigo o filho do rei d'aquella região. Infelizmente o diario de Gonneville, na sua tornada, cahiu nas mãos dos inglezes e perdeu-se; porém um ecclesiastico, descendente d'um dos naturaes d'esta região austral, que fôra casado com uma parenta de Gonneville, havia colligido das tradições, e papeis avulsos da familia, e egualmente d'uma declaração judicial, feita perante o almirantado francez em data de 19 de junho de 1505, materiaes para a obra que foi impressa em París por Cramoisy em 1663, intitulada *Mémoire touchant l'établissement d'une mission chretienne dans la terra Australe; par un ecclesiastique originaire de cette même terre*. O auctor, de feito, estava animado do ardente desejo de prégar o Evangelho na terra dos seus antepassados, e consumiu a vida em diligenciar obter dos que tinham a seu cargo as missões estrangeiras o enviarem-no para alli; e demais d'isso, preencher d'algunha sorte, a promessa que fôra feita pelo primitivo navegador francez de que visitaria novamente aquella região. O trato amigavel com os naturaes, descriptos por Gonneville, que falla d'elles como⁽⁵⁾ tendo feito alguns progressos na civilisação, é absolutamente incompativel com o character desleal e barbara crueldade que vemos attribuida aos naturaes da Australia-Norte por todos os mais recentes viajantes. «Considere-se toda a narração desprevenidamente, diz Burney, e a idea que de prompto e muito naturalmente ha de ocorrer é que a India Austral, descoberta por Gonneville, foi Madagascar. Tendo rodeado o Cabo, foi arrojado pelos temporaes para as latitudes pacificas, e tão proximo d'esta terra que para alli foi encaminhado pelo vôo dos pássaros. Outro ponto que merece ser conhecido, a recusa da tripulação de proseguir até á India Oriental, difficilmente póde crer-se que tivesse lugar, a estarem tanto ávante para o nascente como a Nova Hollanda.»

Reclamação mais razoavel do que a precedente, ao descobrimento da Australia nos principios do seculo xvi, pode ser produzida pelos portuguezes, fundando-se no testemunho de varios mappas manuscriptos ainda existentes, pois que a tentativa, feita

recentemente, de accrescentar a honra d'este descobrimento a Magalhães, na famosa viagem do Victoria ao redor do mundo em 1520, é, como procurei mostrar, de todo o ponto insustentavel. A reclamação d'esta honra para a Hespanha, é defendida nos seguintes termos no *Compendio Geographico Estadistico de Portugal y sus posesiones ultramarinas* por Aldama Ayala, 8.º Madrid, 1855, p. 482: «Os hollandezes reclamam o descobrimento do continente da Australia no seculo xvii, com quanto haja sido descoberta por Fernando de Magalhães, portuguez, de ordem do imperador Carlos v, no anno de 1520, como se prova com documentos authenticos, taes como o Atlas de Fernando Vaz Dourado, feito em Goa em 1570, n'um dos mappas do qual está traçada a costa da Australia. O dito magnifico Atlas, illuminado com perfeição, conservava-se antigamente na livraria da Cartucha em Evora.»

Similhante reclamação foi tambem feita por um seu distincto conterraneo, embora a viagem fosse emprehendida em serviço da Hespanha, em um almanack publicado em Angra, na ilha Terceira, pela imprensa do governo em 1832, e composto, segundo se suppõe, pelo visconde de Sá da Bandeira, actual ministro da Marinha em Lisboa.

Na investigação d'este assumpto tive por fortuna o auxilio do dr. Martin, de Lisboa, editor do *Mariner's Tonga Islands*, cujo exame do mappa de Dourado me dá o convencimento de que o tracto descripto no mappa como descoberto por Magalhães, é de feito um memorandum ou nota-marginal cartographica do real descobrimento da Terra do Fogo por Magalhães, e que, em consequencia da sua inexacta collocação^{6} no pergaminho, foi ao depois applicada erradamente por Mercator áquella parte do mundo agora conhecida como Australia, e d'ahi a reclamação de que se tracta.

Agora porém passo a uma indicação mais plausivel do descobrimento da Australia pelos portuguezes na primeira parte do

seculo XVI, que decorre entre os annos de 1512 e 1542. Esta indicação acha-se por fórma semelhante em diversos mappas manuscriptos, todos francezes, onde, immediatamente abaixo de Java, e separado d'aquella ilha sómente por um apertado braço do mar, está traçado, na margem dos differentes mappas, um largo territorio que se vai estreitando para o sul. Este territorio é chamado a grande Java. No maior numero d'estes mappas, o largo territorio continúa sempre ao longo da porção sul do globo, formando a grande terra Austral, em que desde tempos immemoriaes tão largamente se tem acreditado, e juntando-se novamente com o mundo conhecido na *Tierra del Fuego*. Mas n'um d'estes mappas occorre uma excepção, muito para notar, a esta regra; o traçado da costa dos dois lados, oriental e occidental, da grande Java, termina em pontos que offerecem fundado argumento de que representam os actuaes descobrimentos. Por exemplo, o ponto mais austral em que termina o traçado da costa occidental é o grau 35, latitude real do ponto sudoeste. O traçado da costa oriental não é tão correcto, mas estende-se muito por baixo do ponto mais ao sul da terra de Van Diemen; comtudo pela sua distante posição teria de ser a parte de menos provavel investigação, e, posto que incorrectamente delineado, concorda com o facto geral de que a inclinação sul do traçado oriental da costa é muito maior que o da linha occidental. Com respeito á longitude da grande Java, póde affirmar-se que, apesar de todas as discrepancias que se notam nos mappas, não ha outro territorio que demore dentro das mesmas parallelas e na mesma extensão, entre a costa oriental da Africa e a costa occidental da America; e que a Australia realmente jaz entre os mesmos meridianos que a grande massa de territorio ali traçada. Relativamente ao contorno da costa, basta um mero relancear dos olhos para descobrir a geral similhaça no lado occidental, embora no oriental as discrepancias, como era de esperar, sejam mais consideraveis.

Na totalidade das inscrições particulares d'estes mappas occorrem alguns nomes de bahias e costas, que Alexandre Dalrymple, hydrographo do almirantado e companhia das Indias

Orientaes, primeiro de todos advirtiu assimilarem-se a nomes dados pelo capitão Cook ás partes da Nova Hollanda, por elle mesmo descobertas. Na memoria concernente^{7} a Chagos e ilhas adjacentes, 1786, p. 4, fallando d'este mappa, diz: «A costa oriental da Nova Hollanda, como nós lhe chamamos, está designada com algumas circumstancias curiosas por condizer com o manuscripto do capitão Cook. O que o mappa chama bahia das Angras (Bay of Inlets) chama-se no manuscripto bahia Perdida; bahia das Ilhas (R. de beaucoup d'Isles); o logar onde tocou o Audaz (Endeavour) coste Dangereuse. De sorte que podemos dizer como Salomão, nada ha novo debaixo do sol.»

Esta mal cabida insinuação houve, com prazer me recordo, judiciosa refutação da penna d'um francez, M. Frederico Metz, em um artigo impresso a p. 261, vol. XLVII da *Revue ou Décade Philosophique, Litteraire et Politique*, Nov. 1805, que mui maliciosamente observa. «Se Cook teve conhecimento dos mappas em questão, e pretendeu appropriar-se dos descobrimentos de outrem, é preciso suppol-o muito pouco atilado por ter conservado a estes descobrimentos os mesmos nomes, que haviam de denunciar o seu plagiato, a todo tempo que se tornassem conhecidas as fontes que tinha consultado. A «costa Perigosa» foi assim chamada, porque, por espaço de quatro horas elle proprio se achou ali em perigo imminente de naufragar. Devemos portanto suppôr que se expôz a si e á sua tripulação a morte quasi certa, a fim de ter plausivel desculpa de applicar um nome semelhante ao que a mesma costa havia já recebido do navegador, desconhecido e anonymo, que precedentemente a descobrira. Entretanto nomes taes como «bahia das Ilhas» «costa Perigosa» são muito conhecidos na geographia. Achamos uma «bahia das Ilhas» na Nova Hollanda; e na costa oriental da ilha de Borneo ha uma «costa das Hervagens.»

O bom senso d'este raciocinio, sem fallar da questão de honra com relação a um homem do elevado character do capitão Cook, devia parecer decisivo; com tudo esta similhança de nomes, segundo eu proprio estou informado, tem sido notada por pessoas

de alta posição que tem muito conhecimento d'esta região, posto que sem nenhuma intenção de affrontar o capitão Cook, como prova da identidade d'aquelle territorio com a Australia. A similhaça de «côte des Herbages» com o nome de «Botany Bay» dado a uma parte correspondente da costa pelo capitão Cook, tem merecido particular attenção, com quanto se saiba que esta bahia, chamada originariamente *Stingray*, e depois *Botany Bay*, não foi assim chamada por causa da fertilidade do solo, mas sim por causa da variedade das plantas, novas para a sciencia botanica, as quaes foram descobertas em um solo que aliás nada promettia. É claro que os primeiros navegadores deviam assignar uma denominação^{8} tal como a «côte des Herbages,» a uma praia digna de reparo pela rica producção da relva ou de outra qualquer vegetação, antes do que pela apreciação d'algum descobrimento botanico^[1]. Se a similhaça dos nomes «rivière de beaucoup d'Isles» e «côte Dangereuse» com os nomes de Cook «bahia das Ilhas» e o logar «onde o Audaz tocou» descriptivos de indisputaveis realidades, fossem apresentados por Dalrymple como prova de grande probabilidade de que o territorio representado no primeiro mappa era a Nova Hollanda, sem pretender arriscar nenhuma insinuação contra o merecimento do seu rival, nós receberíamos esta plausivel observação com deferencia e justo assentimento.

Que a Nova Hollanda era o territorio assim representado, é asserção sustentada com varios argumentos por mais de um dos nossos visinhos francezes. M. Coquebert Montbret, em uma memoria impressa no num. 81 do *Bulletin des Sciences* de 1804, cita a injuriosa observação de Dalrymple, e tacitamente concorda em ter ella produzido o seu effeito deceptivo no espirito de leitores incautos.

Um atlas, que se acha ao presente na mão de sir Thomas Phillipps, e contém indicações similhantes ás que deixo descriptas, veiu á mão do principe de Talleyrand no principio d'este seculo; e attrahindo a attenção do celebrado geographo M. Barbié du Bocage, d'elle tirou uma larga noticia, que foi lida n'uma sessão publica do

Instituto em 3 de julho de 1807. N'esta diz que «devemos chegar á conclusão de que estes atlas foram copiados dos mappas portuguezes, e por conseguinte que o descobrimento da Nova Hollanda pertence aos portuguezes. É esta a opinião» continua elle «de M. M. Dalrymple, Pinkerton, De la Rochelt, e de varios outros; e não creio que possa allegar-se nenhuma boa razão para refutar uma opinião tão bem fundada.» Entretanto M. Barbié du Bocage soltou esta expressão do seu convencimento tentando fixar o periodo do descobrimento, em cuja tentativa cahiu em erros que me propuz refutar, porém a que seria fastidioso aqui alludir.

A prova que subministram estes mappas, de terem tido por base os descobrimentos portuguezes, é a seguinte. Todos elles são francezes; e que todos são repetições, com ligeiras variações, de uma unica origem, mostra-se pelo facto de que os defeitos sao os mesmos em todos. As indicações portuguezas occorrem em alguns nomes, taes como «terre ennegade» forma afrancezada de «tierra anegada» isto é «terra^[9] coberta d'agua» ou «baixios»; «Graçal» «cabo da Formosa.» Levanta-se por tanto a questão, julgando por taes provas, se foram os francezes ou portuguezes os descobridores? Em resposta offereço a seguinte exposição.

No anno de 1529 João Parmentier de Dieppe fez uma viagem a Sumatra, e durante a viagem morreu. Parmentier era poeta, douto classico, e igualmente navegador e bom hydrographo. Acompanhou-o n'esta viagem seu intimo amigo o poeta Pedro Crignon, que, regressando a França, publicou em 1531 os poemas de Parmentier, com um prologo que contém o seu elogio, no qual diz que Parmentier foi «le premier françois qui a entrepris à estre pilolte pour mener navires à la terre Amérique qu'on dit Brésil, et semblablement le premier françois qui a decouvert les Indes jusqu'à l'Isle de Taprobane, et, si mort ne l'eust pas prévenu, je crois qu'il eust esté jusques aux Moluques». É de pêso esta auctoridade n'este ponto, porque vem de um homem de distincção, o segundo do navio, e intimo do mesmo Parmentier. Assim pois os francezes não passaram, nos mares do sul, além de Sumatra antes de 1529. A

data do mais antigo dos mappas citados não é anterior a 1535, pois que contém o descobrimento de S. Lourenço por Jacques Cartier n'aquelle anno; porém ainda quando não o supponhamos mais antigo que o de Rotz, que tem a data de 1542, se perguntamos de quaes viagens dos francezes nos mares do sul temos conhecimento entre os annos de 1529 e 1542, nem o abbade Raynal, nem nenhum moderno escriptor francez, nem tão pouco os antiquarios que investigaram com maior indagação a historia dos descobrimentos francezes, como, por exemplo M. Léon Guérin, auctor da *Histoire Maritime de France*, París, 1843, 8.º; e *Les Navigateurs Français*, París, 1847, 8.º, nenhum apresenta a mais leve pretensão de que os francezes navegassem para aquellas paragens na primeira parte ou no meiado do xvi seculo.

É certo, comtudo, que a França estava n'aquelle tempo muito pobre, e muito implicada em cuidados politicos para entremetter-se em longinquas investigações nauticas. Se assim o tivesse feito, toda a America do norte e o Brasil poderiam agora pertencer-lhe. Todavia sabemos ao mesmo tempo, que os portuguezes tinham anteriormente a 1529 estabelecimentos nas ilhas das Indias orientaes; e a existencia de nomes portuguezes nos territorios de que fallamos, como se acham delineados n'estes mappas francezes, é de si mesma o reconhecimento de terem sido descobertas pelos portuguezes; como sem duvida a opinião dos francezes, com respeito á cobiça e exclusivismo dos portuguezes, {10} não só devia ter tornado os primeiros mais diligentes em reclamarem tudo que lhes fosse possivel em materia de descobrimentos, mas tambem devia ter estorvado a gratuita introducção de nomes portuguezes em regiões tão remotas, se elles proprios as houvessem descoberto. No tomo 3.º da Collecção de Ramusio, na noticia do «Discurso d'un gran capitano di mare francese del luogo di Dieppa, etc.,» que sabemos agora ser a viagem de João Parmentier a Sumatra em 1529, e com toda a probabilidade escripto pelo seu companheiro e elogiador o poeta Pedro Crignon, encontra-se esta expressão: «lo penso che li Portoghesi debbano haver bevuto della polvere del cuore del re

Alessandro..... e credo che si persuadino che Iddio non fece il mare nè la terra, se non per loro, e che l'altre nationi non siano degne di navigare, e se fosse nel poter loro di mettere termini e serrar il mare del Capo di Finisterre fin in Hirlanda, gia molto tempo saria che essi ne haveriano serrato il passo.» Mas, demais d'isto, pois que tira d'ahi muita força este argumento, não devemos deixar de ter em conta o ciúme dos portuguezes, que vedavam a comunicação das informações hydrographicas relativamente aos seus descobrimentos n'aquelles mares. Humboldt affirmou, *Histoire de la Geographie du Nouveau Continent*, tom. 4.º, p. 70, sobre a auctoridade de cartas de Angelo Trevigiano, secretario de Domenico Pisani, embaixador de Veneza na Hespanha, que os reis de Portugal defenderam, sob pena de morte, a exportação de cartas maritimas que revelassem a derrota a Calecut. Achamos igualmente em Ramusio, *Discorso sopra el libro di Odoardo Barbosa*, e *Sommario delle Indie Orientali*, tom. 1.º, p. 287 b, imposta similhante prohibição. Diz elle que estes livros «estiveram occultos por muito tempo, e não se consentiu que fossem publicados por convenientes razões, que não devo aqui manifestar.» Tambem falla da grande difficuldade que elle mesmo tivera de obter uma copia, posto que imperfeita, em Lisboa, «Tanto possono» observa elle «gli interessi del principe.»

Póde formar-se alguma idéa do conhecimento que possuiam os hespanhoes no meiado do seculo xvi ácerca da parte do mundo de que tractamos, pelo seguinte extracto d'uma obra intitulada *El Libro de los Costumbres de todas las Gentes del Mundo y de las Indias*, traduzida e compilada pelo bacharel Francisco Thamara, Antuerpia, 1556: «A treynta leguas de Java la menor, está el Gatigara a nueve y diez grados de la Equinocial de la otra parte azia el sur. Desde aqui adelante no ay noticia de mas tierras, porque no se ha navegado por esta parte mas adelante, y por tierra no se puede andar por los muchos lagos y grandes y altas montarias que por aqui ay. Y aun dizese que^{11} por aqui es el parayso terrenal.» Ainda que isto não foi escripto originariamente em hespanhol, porém traduzido de Johannes Bohemus, não é facil de crêr que fosse

apresentado aos hespanhoes, se entre elles houvessem mais exactas informações a este respeito.

Os factos assim reunidos levam-me á conclusão de que a terra descripta como «la Grande Java» nos mappas francezes a que tenho feito referencia, não póde ser senão a Australia; e que foi descoberta antes de 1542, quasi que póde acceitar-se como certeza demonstrada; porém, quanto tempo antes, não é claro. Creio tambem que tenho conseguido fazer sentir a grande probabilidade de terem sido os portuguezes os seus descobridores.

Em um mappa destinado a servir de esclarecimento ás viagens de Drake e Cavendish por Jodocus Hondius, é apresentada a Nova Guiné como uma ilha perfeita, sem uma só palavra que faça nascer duvida ácerca da exactidão do desenho; emquanto que a terra Austral, separada da Nova Guiné apenas por um estreito, tem um perfil notavelmente parecido ao do golpho de Carpentaria. Estas indicações dão a este mappa um interesse especial, principalmente porque se mostra que é anterior á passagem de Torres pelo estreito de Torres, em 1606, pois que tem as armas da rainha Elizabeth, antes que o unicornio da Escocia expulsasse o dragão dos Tudors.

No artigo *Terra Australis*, na obra de Cornelio Wytfliet, *Descriptionis Ptolemaicae Augmentum*, Louvain, 1598, encontramos o seguinte passo: «Australis terra omnium aliarum terrarum australissima tenuique discreta freto Novam Guineam orienti objicit, paucis tantum hactenus littoribus cognitam, quod post unam atque alteram navigationem, cursus ille intermissus sit, et nisi coactis impulsisque nautis ventorum turbine rarius eo adnavigetur. Australis terra initium sumit duobus aut tribus gradibus sub aequatore, tantaque a quibusdam magnitudinis esse perhibetur, ut si quando integrè delecta erit, quintam illam mundi partem fore arbitrentur.» A declaração que fica citada foi impressa, convém recordal-o, antes d'algum descobrimento da Australia de que tenhamos noticia authentica.

Porém quando se examinam estas indicações do descobrimento da Australia no XVI seculo, é natural perguntar quaes explorações haviam sido feitas pelos hespanhoes n'aquella parte do mundo, no decurso do dito seculo? Depois do periodo da viagem de D. Alvaro de Saavedra ás Molucas em 1527, cessamos de encontrar a actividade do espirito de investigação por parte dos hespanhoes nos mares do sul. Embaraçados pela sua situação politica, e pelos apuros do thesouro, o imperador,^{12} em 1529, renunciou definitivamente as suas pretensões ás Molucas a troco de uma somma de dinheiro, posto que manteve a sua reclamação ás ilhas descobertas pelos seus vassallos, ao nascente da linha de demarcação limitada agora aos portuguezes. Em 1542 foi mal succedida a tentativa de formar um estabelecimento nas ilhas Philippinas que fez Ruy Lopez de Villalobos; porém tendo-se attribuido o mau resultado á falta de direcção, foi enviada com igual intento nova expedição em 1564 sob o mando de Miguel Lopez de Legaspi, que obteve completo exito, e uma colonia hespanhola foi estabelecida em Zebu. Não é impossivel que este estabelecimento dêsse occasião ás viagens de descobrimento feitas n'este tempo pelos hespanhoes, das quaes nenhuma noticia foi publicada. Em 1567 Alvaro de Mendanha deu á véla de Calláo para uma viagem de descobrimentos, na qual descobriu as ilhas de Salomão e varias outras. Ha grande divergencia nas differentes relações d'esta viagem. Em 1595 fez segunda viagem ao Perú, na qual descobriu as ilhas Marquezas, e o grupo depois chamado por Carteret ilhas da rainha Carlota. O objecto d'esta expedição era fundar uma colonia nas ilhas de Salomão, que elle descobrira na precedente viagem, mas que pela inexactidão dos seus calculos não foi capaz de encontrar. Tentou estabelecer uma colonia na ilha de Santa Cruz, mas não o conseguiu, e falleceu n'esta ilha. N'esta segunda viagem teve por principal piloto Pedro Fernandez de Quiros, que póde ser considerado como o ultimo dos distinctos marinheiros de Hespanha, e cujo nome reclama especial menção em uma obra que tracta das primeiras indicações da Australia, posto que elle mesmo nunca visse as praias d'aquella grande ilha continental^[2].

O descobrimento da ilha de Santa Cruz suggeriu ao espirito de Quiros que o grande continente sul estava enfim descoberto, e encontramos em duas memorias por elle dirigidas a D. L. de Velasco, vice-rei do Perú, o primeiro debate circumstanciado ácerca d'esta grande questão geographica, a qual, posto que elle proprio não estava destinado a demonstrar por via d'algum descobrimento actual, não obstante póde dizer-se que, directamente mediante elle mesmo, foi posta no caso de ser resolvida. É certo que, nutrindo estas vagas hesitações com respeito á existencia de um continente sul, se torna difficil fazer distincção entre a Australia propriamente dita e o grande continente descoberto^{13} no presente seculo, vinte ou trinta graus ao sul d'aquella vasta ilha. Dalrymple, que, ha perto de dois seculos, advogava com energia a causa sustentada por Quiros, fallando d'este navegador, diz: «O descobrimento do continente sul em qualquer tempo, e por quem quer que tenha de ser effeituado completamente, de justiça é devido a este nome immortal.» Deveria advertir-se, que, de feito ha tres motivos de duvida relativamente ao nome d'aquelle navegador, o que convém notar, porque podem transviar o juizo do leitor superficial da historia da navegação d'aquelle periodo, quanto á sua connexão com o descobrimento da Australia. Em primeiro logar, com quanto geralmente seja reputado hespanhol, é descripto por Nicolau Antonio, auctor da *Bibliotheca Hispana*, que era hespanhol, e não deixaria de querer, como deve suppôr-se, reclamar um tão distincto navegador para seu concidadão, como «lusitanus, eborensis, ut aiunt lusitani» (portuguez, que os portuguezes affirmam ser natural d'Evora), e o estylo dos seus escriptos justifica a supposição. Em segundo logar, Antonio de Ulloa, no seu *Resumen*, p. 119, cita uma relação da viagem de Quiros, que se diz dada na *Historia de la Religion Serafica*, de Diogo de Cordova (obra que eu não tenho tido a boa fortuna de encontrar), onde se menciona o descobrimento de uma larga ilha no vigesimo oitavo grau de latitude sul, a qual latitude fica mais ao sul do que de qualquer modo se sabe terem chegado Quiros ou os seus companheiros. Em terceiro logar, as memorias impressas de Quiros têm o titulo de *Terra Australis Incognita*, em quanto que a terra Austral sul, descoberta pelo mesmo Quiros, e por

elle denominada «del Espiritu Santo» não é senão a «New Hebrides» dos mappas de hoje.

A Quiros e Dalrymple somos de feito devedores indirectamente da primeira designação que dá algum sentido á nomenclatura moderna que se refere á Australia, a saber, em relação ao estreito de Torres. Que Quiros, portuguez, ou hespanhol por nascimento, estava ao serviço de Hespanha, não padece duvida nenhuma. O vice-rei do Perú favoreceu com ardor os seus planos, porém considerou a execução d'elles como fóra dos limites da sua propria alçada. Em consequencia, instou com Quiros para que puzesse a questão na presença do monarcha hespanhol em Madrid, e lhe deu cartas para recommendar a sua pretensão. Se Philippe III foi movido pelos argumentos de Quiros relativamente ao descobrimento do continente do sul, ou antes pelo desejo de explorar a estrada entre a Hespanha e America pelo nascente, com a esperança de descobrir as opulentas ilhas que demoram entre a Nova Guiné e a China, não precisamos deter-nos a disputal-o. É possível^{14} que pesassem ambos estes motivos, porque Quiros foi enviado ao Perú com plenos poderes, dirigidos ao vice-rei, conde de Monterey, para pôr por obra o seu plano, e foi assistido amplamente com dois navios bem armados e uma corveta, com cujas forças deu á vela de Calláo a 21 de dezembro de 1605. Luiz Vaez de Torres commandou o *Almirante*, ou segundo navio, d'esta expedição. A viagem foi considerada como da maior importancia, e Torquemada, na relação que faz d'ella na *Monarchia Indica*, diz que os navios eram os mais alterosos e bem armados que se tinham visto n'aquelles mares. O objecto era fazer um estabelecimento na ilha de Santa Cruz, e partir d'ali para procurar a Tierra Austral, ou continente sul.

Depois do descobrimento de varias ilhas, Quiros chegou a uma terra que nomeou Australia del Espiritu Santo, julgando fazer parte do grande continente sul. Á meia noite do dia 11 de junho de 1606, em quanto os tres navios jaziam ancorados na bahia a que deram o nome de São Philippe e São Thiago, Quiros, por motivos ignorados,

e sem dar signal nem aviso, ou foi arrojado por uma tempestade, ou largou do porto, e achou-se apartado dos outros dois navios.

Subsequentemente á separação, Torres achou que a Australia del Espiritu Santo era uma ilha, e então continuou a derrota para o poente, proseguindo as suas investigações. Pelo mez de agosto de 1606 cahiu sobre uma costa no undecimo e meio grau de latitude sul, que chamou principio da Nova Guiné—apparentemente a parte sudoeste da ilha, ao depois chamada Luisiada por M. de Bougainville, e que se sabe hoje ser uma cadéa de ilhas. Como não pôde passar para a parte do vento d'esta terra, Torres margeou na extensão do lado sul, e elle mesmo deu a seguinte relação do rumo que seguiu. «Navegámos trezentas leguas de costa, como já disse, e encurtámos a latitude $2\frac{1}{2}$ graus, o que nos trouxe a 9 graus. Dahi achámo-nos sobre um banco de tres a nove braças, que se estende ao longo da costa por espaço de cento e oitenta leguas. Proseguimos, acompanhando a costa, até $7\frac{1}{2}$ graus de latitude sul; e o seu termo é em 5 graus. Não podémos ir mais além por causa das muitas restingas e fortes correntes, de sorte que fomos obrigados a navegar ao sudoeste, n'aquelle fundo d'agua, até 11 graus de latitude sul. Todo aquelle espaço é um archipelago de ilhas sem numero pelas quaes passámos; e no fim do undecimo grau o banco torna-se mais areento. Ha aqui mui grandes ilhas, e outras apparecem mais ao sul. São habitadas por negros, corpulentos e nús. As suas armas são lanças, settas, e massas armadas com pedras mal affeioadas. Não podémos obter nenhuma das suas armas. Colhemos em toda esta{15} terra obra de vinte pessoas de diferentes nações, a fim de podermos, por via dellas, dar melhor informação das coisas a Vossa Magestade. Dão larga noticia de outro povo, posto que não se fazem entender com facilidade. Detivemo-nos sobre este banco dois mezes, ao cabo do qual tempo nos achámos em vinte e cinco braças, 5 graus de latitude sul, e dez leguas de distancia da costa; e, tendo caminhado quatrocentas e oitenta leguas, a costa corta ao nordeste. Não a examinei, porque o banco torna-se muito baixo. Assim, pois, navegámos para o norte.»

As grandes ilhas vistas por Torres no undecimo grau de latitude sul, são evidentemente os serros do cabo York; e os dois mezes de difficil navegação foram consumidos em passar o estreito que separa a Australia da Nova Guiné. Uma cópia da carta de Torres foi guardada felizmente nos archivos de Manilha, e até que foi tomada aquella cidade em 1762 pelos inglezes, não se sabe que este documento fosse descoberto por Dalrymple, que pagou merecido tributo á memoria do distincto navegador hespanhol, dando a este perigoso passo o nome de *estreito de Torres*, que desde então ha conservado.

Quiros chegou ao Mexico a 3 de outubro de 1606, nove mezes depois da sua partida de Calláo. Tomado profundamente do sentimento da importancia dos seus descobrimentos, dirigiu varias memorias a Philippe III, manifestando vehemente desejo de investigações ulteriores n'aquellas regiões desconhecidas; porém, depois d'alguns annos de frustrada perseverança falleceu em Panamá no anno de 1614, deixando após de si um nome que, no merito, com quanto não no resultado, foi o segundo sómente depois de Colombo; e com elle expirou o heroismo naval da Hespanha. «Raciocinando» como diz Dalrymple «segundo os principios da sciencia, e com profunda reflexão, affirmou a existencia do continente sul, e votou-se durante o resto da vida, com diligencia infatigavel, posto que mal apreciada, a fazer vingar esta concepção sublime.» Em um documento dirigido ao rei d'Hespanha por frei João Luiz Arias, dá-se noticia do teor energico com que se houve Quiros para resuscitar as empresas hespanholas nos mares do sul, e com especialidade em relação ao grande continente sul.

Comtudo, em quanto a gloria das empresas navaes hespanholas assim declinava, essa mesma nação que a Hespanha tinha esmagado e perseguido, preparava-se para supplantal-a na carreira da audacia e da prosperidade. A guerra da independencia tinha excitado a energia das provincias dos Paizes-Baixos, que se haviam libertado do jugo hespanhol; ao passo que as crueldades, perpetradas nas provincias que os^{16} hespanhoes tinham

conseguido novamente subjugar, levavam ao exílio um numero de familias quasi incrível. A maior parte d'estas estabeleceu-se nas provincias do norte, e por conseguinte, levou para ali o influxo de prodigiosa actividade. Entre os emigrados havia numerosos commerciantes emprehendedores, principalmente de Antuerpia, cidade que por largos annos teve quinhão muito consideravel, posto que indirecto, no commercio transatlantico de Hespanha e Portugal, e que de sobejo conhecia as suas immensas vantagens. Estes homens estavam naturalmente animados com o odio mais rancoroso dos desterrados, exacerbado pela differença da fé, e pela memoria de muitas injurias. A idéa que tomou vulto entre elles foi privar a Hespanha do commercio transatlantico, e por este meio acanhar-lhe os recursos, accrescentar os dos protestantes, e d'esta arte resgatar eventualmente as provincias do sul dos Paizes-Baixos do poder dos seus oppressores. Esta idéa, ao principio praticada vagamente entre poucos, tornou-se geral quando os hespanhoes prohibiram aos navios hollandezes o empregarem-se em qualquer sorte de trafico com a Hespanha. Esse trafico existira apesar das guerras, e havia subministrado aos hollandezes os principaes meios de as sustentarem.

Vendo-se expulsos com tal violencia do quinhão que lhes cabia no commercio transatlantico, os hollandezes determinaram rehavel-o com juros. A geographia e hydrographia tornaram-se então objecto do estudo e applicação mais desvelada; e este periodo distinguio-se pela apparição de homens como Ortelius, Mercator, Plancius, De Bry, Hulsius, Cluverius, etc., que somos agora obrigados a considerar como paes da moderna geographia. D'estes, o mais ardente em transformar os recursos da sciencia em arma contra os oppressores da sua patria, foi Peter Plancius, ecclesiastico calvinista, que abriu em Amsterdam uma escola nautica e geographica, com o expresso designio de ensinar os seus concidadãos a acharem o caminho da India, e outros mananciaes d'onde a Hespanha derivára a sua força. Não nos detemos em apreciar os seus esforços de achar pelo norte vereda para o oriente. O conhecimento do caminho que levava directamente áquella

opulenta porção do mundo, accrescentou-se notavelmente com o apparecimento da grande obra de João Huyghen van Linschoten (Amst. 1595-1596). Linschoten havia vivido quatorze annos com os portuguezes nas suas possessões do oriente, e colligira ali abundante cabedal d'informações. A companhia hollandeza da India oriental foi estabelecida em 1602; e em 1606, encontramos um navio da Hollanda fazendo o primeiro descobrimento authenticico do grande territorio sul, a que deram o nome^{17} de Nova Hollanda. No nosso tempo, aquella designação foi trocada por indicação de Matthew Flinders, a quem somos devedores dos conhecimentos da hydrographia d'aquelle paiz, pelo distincto e apropriado nome de Australia.

Dos descobrimentos feitos pelos hollandezes nas costas da Australia, pouca noticia tiveram os nossos antecessores ainda ha cem annos, e os proprios hollandezes. O que então era conhecido, conserva-se na obra *Relations de divers Voyages Curieux* de Melchisedech Thevenot (Paris 1663-72, fol.); em o *Noord en Oost Tartarye* de Nicoláo Witsen, (Amst. 1692-1705, fol.); na de Valentyn *Oud en Nieuw Oost Indien* (Amst. 1724-26, fol.); e na *Inleidning tot de algemeen Geographie* de Nicolau Struyk, (Amst. 1740, 4.º). Temos obtido, todavia, depois d'isso varios esclarecimentos, por via de um documento que chegou ás mãos de sir Joseph Banks, e foi publicado por Alexandre Dalrymple (áquelle tempo hydrographo do almirantado na companhia da India oriental), na sua collecção concernente a Papua. Este curioso e interessante documento é cópia das instrucções dadas ao commodoro Abel Jansz Tasman para a sua segunda viagem de descobrimentos. Aquelle distincto commandante já tinha descoberto, em 1642, não só a ilha agora do seu nome chamada Tasmania, mas tambem a Nova Zelandia, e, rodeando o lado oriental da Australia, mas sem o vêr, navegou na viagem de volta ao longo da praia-norte da Nova Guiné. Em janeiro, 1644, foi enviado a fazer segunda viagem; e acompanhou as instrucções assignadas pelo governador geral, Antonio Van Diemen e pelos membros do conselho, de um preambulo, no qual, segundo

a ordem chronologica, se referem os precedentes descobrimentos dos holandezes.

Por esta narração, combinada com um passo de Saris, inserto em *Purchas*, vol. I, p. 385, sabemos que: «Em 18 de novembro, 1655, o hiate holandez, Duyfhen (o Pombo), foi enviado de Bantam para examinar as ilhas da Nova Guiné, e navegou ao longo do que se pensava ser a parte occidental d'aquelle territorio, até $19\frac{3}{4}$ graus de latitude sul». Este extenso territorio achou-se pela maior parte deserto; mas em alguns logares era habitado por negros selvagens, bravios e crueis, que mataram alguns homens da tripulação, por cujo motivo não se póde saber coisa alguma ácerca da terra e das aguas, como se pretendia; e por falta de provisões, e de outros objectos necessarios, foram obrigados a deixar o descobrimento incompleto. A extremidade mais saliente da terra tem nos seus mappas o nome de cabo Keer Weer, ou «Torna-viagem» segundo observa Flinders. «A navegação de Fuyfhen^[18] da Nova Guiné foi para o sul, ao longo das ilhas do lado occidental do estreito de Torres, para a parte da terra Austral um tanto ao poente e sul do cabo York. Porém pensava-se que todas estas terras eram continuadas, e que formavam a costa occidental da Nova Guiné.» Assim que, sem ter d'isso advertencia, o commandante da Duyfhen fez o primeiro descobrimento authentico de uma parte da grande Terra-Sul pelo mez de março de 1606; porque se mostra que tinha regressado a Banda no começo, ou antes de junho d'aquelle anno.

A honra d'aquelle primeiro descobrimento authentico, como até aqui a historia o tem acceitado, estou agora no caso de a disputar. Ainda ha poucos dias descobri no Musêo Britannico um Mappamundi Ms. em o qual, na extremidade noroeste de um territorio, que ao presente poderei demonstrar sem nenhuma duvida ser a Australia, ocorre a seguinte legenda: «Nuca antara foi descuberta o anno 1601 por mano (sic) el godinho de Evedia (sic) por mandado de (sic) Viço Rey Aives (sic) de Saldaha» (sic) o que quasi não precisava de ser traduzido. «Nuca Antara foi descoberta

no anno de 1601, por Manuel Godinho de Eredia, por mandado do vice-rei Ayres de Saldanha».

A desgraça é ser este mappa sómente uma cópia, porém creio que seria capaz de responder, fundado nas provas internas, que nenhuma duvida póde padecer a authenticidade da informação que n'elle se contém. O original foi feito pelo anno de 1620, depois do descobrimento da terra de Eendraght (Eendraght's Land), na costa occidental da Australia, pelos holandezes em 1616, porém antes do descobrimento da costa sul por Pieter Nuyts em 1627. Longe do auctor suspeitar a existencia da costa sul, persevera no antigo erro, que prevalecera pelo decurso de todo o seculo XVI, representando a terra Austral como um vasto continente, cujas partes, as que tinham sido realmente descobertas, se prolongam para o norte até á parallela, em que jazem respectivamente áquelles descobrimentos. Assim, pois, temos n'este mappa a Australia, como foi já descripta, ao lado direito do mappa; e a ilha de Santa Cruz nas Novas Hebridas (New Hebrides), alli chamada Nova Jerusalem, descoberta por Quiros, ao lado esquerdo, porém ligadas ambas e formando parte de um grande continente sul.^{19}

Fac simile de uma porção do mappa Ms. que se acha no Musêo Britanico.

Fac simile de uma porção do mappa Ms. que se acha no Musêo Britannico.

Agora pode objectar-se com respeito a este mappa, que não sendo senão cópia tirada no começo do presente ou ao fechar do seculo passado, a exposição que dá materia a este escripto pode ter sido inserta fraudulentamente. Porém para que pese uma tal consideração é preciso apresentar um motivo, e o mais razoavel é

assignar a honra do primeiro descobrimento authenticico a Portugal em vez de o attribuir á Hollanda. Para isto é necessario suppormos que o falsificador foi portuguez. Tenho a responder que, ao passo que tudo que está escripto^{20} no mappa é em portuguez, a cópia foi tirada por pessoa que não só não era portugueza, mas demais a mais ignorava o portuguez. Por exemplo, a legenda em questão, breve como é, contém não menos de cinco erros crassos que provam ignorancia da lingua; assim pois as palavras «por Manuel» estão escriptas «por mano el» «Eredia» está escripto «Evedia» «do» está escripto «de» «Ayres» está escripto «Aives» «Saldanha» está escripto «Saldaha» sem o til para indicar a abbreviatura.

Mais ainda: se ha de attribuir-se a supposta falsificação ao intento de reclamar ulteriormente para os portuguezes a honra do primitivo descobrimento, d'onde nasce que nunca esse intento foi posto em execução? Nunca, até hoje, aquelle facto se fez publico, e os mais interessados na antiga gloria da nação portugueza, ignoram o descobrimento que este mappa declara ter sido feito. Em quanto a não se ter tornado este objecto do dominio da historia, póde explicar-se pela comparativa pequena importancia que no tempo seria dada a um tal descobrimento, e tambem pelo facto de que, não estando já então os portuguezes no apogêo da sua prosperidade, não tomaram este objecto em maior conta, repetindo as expedições áquelle territorio, como pouco depois os hollandezes realmente começaram a fazer.

Além d'isto, póde aventurar-se a conjectura de que, sendo o mappa uma cópia, a data do descobrimento pode ter sido transcripta menos cuidadosamente; assim, por exemplo, 1601 podia facilmente estar escripto no original 1610, e haver-se copiado erradamente. Por felicidade a exactidão da data póde ser provada sem hesitação. Declara-se distinctamente que a viagem foi feita de ordem do vice-rei Ayres de Saldanha, o periodo de cujo vice-reinado abrange sómente de 1600 até 1604, e por este modo fecha-se a porta á possibilidade do erro imaginado, pois que termina antes do periodo dos primeiros descobrimentos dos hollandezes.

Ainda mais; póde objectar-se, que é possível que um territorio indicado tão vaga e incorrectamente não seja a Australia. A resposta é tão indisputavel como a que fixa a data do descobrimento. Immediatamente por baixo da legenda de que se trata, segue-se outra assim concebida: «Terra descuberta pelos Holandeses a que chamarão Enduacht (sic) au Cõcordia» (terra descoberta pelos holandezes, a que elles chamaram Endracht ou Concordia). Eendraghtsland, como todos sabemos, foi o nome dado a um largo tracto da costa occidental da Australia, descoberto pelo navio hollandez o Eendraght, em 1616.

Todavia, se a legenda de que fallamos não é cópia genuina de^[21] um antigo mappa genuino, como conseguiu o moderno falsificador ter conhecimento do nome de um cosmographo não imaginario, que viveu em Goa n'um periodo que se ajusta com o estado dos descobrimentos geographicos representado no mappa, do qual porém nenhuma producção manuscripta ha sido impressa no tempo em que o supposto mappa ficticio foi traçado ou a legenda ficticiamente inserta?

Penso que estes argumentos concluem, e estabelecem a legitimidade da cópia moderna do antigo mappa. Com respeito ao descobridor Manuel Godinho de Eredia (ou antes Heredia, como escrevem Barbosa Machado e Figanière), encontro a seguinte obra de que elle é auctor: *Historia do Martyrio de Luiz Monteiro Coutinho, que padeceu por ordem do Rey Achem Raiamancor no anno de 1588, e dedicada ao illustrissimo D. Aleixo de Menezes, arcebispo de Braga*; cuja dedicatória é datada de Goa, em 11 de novembro de 1615; fol. Ms. com varias notas.

Barbosa Machado chama-lhe distincto mathematico; e Figanière um cosmographo residente em Goa. Segue-se, como consequencia natural, que o mappa original foi executado por elle mesmo. A cópia veio de Madrid, e foi comprada pelo Muséo Britannico, em 1848, ao sr. de Michelena y Roxas. Será materia de interesse descobrir algum dia a existencia do mappa original; mas, se aquella estava na

livraria de Madrid, ou em alguma outra parte, deve ser assumpto de futuras investigações.

N'um pequeno volume intitulado *Informação da Aurea Chersoneso ou Peninsula e das ilhas Auríferas, Carbunculas e Aromaticas, ordenada por Manuel Godinho de Eredia, cosmographo*, copiada de um antigo Ms. e dada á luz por Antonio Lourenço Caminha, em uma reimpressão das *Ordenações da India, do Senhor Rei D. Manuel*, Lisboa, Imprensa Regia, 1807, 8.º, encontra-se um logar que pode ser traduzido como segue:

«*Ilha do Ouro*. Em quanto os pescadores de Lamakera, na ilha de Solor^[3] estavam occupados na pesca, levantou-se um tão grande temporal que se lhes tornou absolutamente impossivel o regressar á praia, e por tanto tiveram de ceder á força da tormenta, que foi tal, que por espaço de cinco dias os deteve fora da ilha do Ouro, a qual jaz no mar na costa fronteira, ou contra-costa de Timor, que propriamente se chama costa do Sul. Quando os pescadores abicaram á terra do Ouro, não tendo comido durante os dias da tormenta, saíram a procurar provisões.^[22] Foram tão felizes e bem succedidos, que, em quanto inquiriam o terreno, buscando inhames e batatas, encontraram-se com tão grande quantidade d'ouro, que carregaram o bote a ponto de não poder levar mais. Depois tomando agua e os necessarios bastecimentos para voltarem á terra natal, padeceram outra borrasca, que os arremessou para a ilha do grande Ende^[4]; alli desembarcaram todo o ouro, o que excitou grande inveja entre os endes. Estes mesmos endes determinaram por tanto, como os pescadores lamacheres, repetir a viagem; e quando estavam promptos para desaferrar, endes e lamacheres, apoderou-se d'elles tão grande temor, que não se atreveram, por causa da sua ignorancia, a atravessar aquelle mar do Ouro.

«Parece na verdade, ser acto providencial do Altissimo que Manuel Godinho de Eredia, o cosmographo, tivesse recebido com missão do conde almirante, vice-rei da India dentro e além do Ganges, para que o mesmo Eredia podesse ser meio de se

acrescentarem novos patrimonios á corôa de Portugal, e de tornar-se rico o dito conde e a nação portugueza. E todos por tanto, e especialmente o dito senhor, houveram de reconhecer com gratidão este serviço assignado, o qual obtendo completa realisação, merecerá ser considerado como um dos mais ditos e afortunados acontecimentos do mundo para gloria de Portugal. Em todo o caso, pois, o descobridor deve, por muitas razões, ser assistido efficazmente na empreza do ouro. Primeiramente, por se haver de ter attenção á primeira posse do ouro pela corôa de Portugal. Em segundo, pela facilidade da descoberta do ouro. Em terceiro, por serem as minas do ouro as maiores do mundo. Em quarto, porque o descobridor é um instruido cosmographo. Em quinto, porque póde verificar ao mesmo tempo a descripção das ilhas do sul. Em sexto, por causa da nova christandade. Em setimo lugar, porque o descobridor é um capitão experimentado, que se propõe prestar muito grandes serviços ao rei de Portugal, e ao felicissimo D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, almirante e vice-rei das Indias dentro e além do Ganges, e senhor do ouro, carbunculos e especiaria do mar do oriente que pertence a Portugal.»

Desprovido da relação especial da viagem, mediante a qual foi feito o descobrimento, que dá principal assumpto a este papel, quasi que não podemos contar para ulterior confirmação da sua verdade, senão^{23} com o que nos subministra o extracto que deixamos transcripto. Manuel Godinho de Eredia é alli designado como um douto cosmographo e habil capitão, que tinha recebido commissão especial para fazer a exploração das minas de ouro, e para verificar a descripção das ilhas do Sul. A propria ilha do Ouro é descripta «como situada na costa fronteira ou contra-costa de Timor, que propriamente se chama costa do Sul». É muito provavel, conforme a esta descripção, que seja a mesma Nuca Antara do nosso mappa Ms., que demora sobre a costa sul em frente de Timor. É tambem, além djsso, de notar que o periodo da commissão dada a Eredia se approxima na data, como prova grande numero de factos, do descobrimento que se lhe attribue da Australia. O vice-rei, Francisco da Gama, que deu aquella commissão, foi o immediato predecessor

de Ayres de Saldanha. A duração do seu governo abrange sómente de 1597 a 1600, e o attribuido descobrimento foi feito em 1601, posto que não saibamos o mez. Difficilmente póde esperar-se mais cabal confirmação de um descobrimento, que não se acha mencionado senão n'um mappa provavelmente unico.

Apresentando esta carta á sociedade dos Antiquarios, que veneram o passado, não a fecharei sem uma palavra de reverencia e acatamento para com as antigas glorias de uma nação n'outros tempos poderosa. Os verdadeiros heroes do mundo são os iniciadores dos grandes feitos, os gastadores dos grandes descobridores. Taes foram os portuguezes nos dias em que o mundo quasi que não estava senão meio e mal conhecido. A Portugal devemos não só um Gama, porém, não menos, um Colombo, sem o qual o magestoso imperio d'aquella em cujo dominio nunca se esconde o sol, não fôra acaso senão um sonho, em vez de uma realidade. A Inglaterra, cujos atrevidos marinheiros têm feito caminho por todos os mares, conhece quanta justiça deve ser feita á intrepidez dos seus nobres predecessores, que, em frageis caravellas, e atravez dos incommensuraveis páramos do oceano, poderam abrir estrada, não sómente á gloria da sua propria nação, mas tambem á civilisação e prosperidade do mundo inteiro.

Fico sendo,

meu presado sir Henry,

vosso de veras

R. H. MAJOR.

A sir Henry Ellis, K. H. etc., etc., etc.

[1] Esta razão irresponsível foi-me suggerida pelo fallecido distincto dr. Brown, que não só, como Humboldt o descreveu, era *Botanicorum facile princeps*, porém de si proprio tinha conhecimento da localidade de que fallava.

[2] Com respeito á noticia d'esta viagem vê-de a carta de Quiros a D. Antonio de Morga, cap. VI, pag. 29, na obra *De Morga's Sucesos en las islas Philippinas*, Mexico 1609, 4.º; e obra de Figueiroa, *Hechos de D. Garcia Hurtado de Mendoza*, quarto marqués de Cañete, Madrid, 1613, 4.º, liv. 6, p. 238.

[3] Os habitantes da costa de Solor são designados especialmente como pescadores por Crawford no seu *Dictionary of the Indian Islands*.

[4] Esta é a ilha das Flores. Em uma «Lista das principaes minas de ouro, obtida por curiosidade de Manuel Godinho de Heredia, cosmographo, residente em Malaca por espaço de mais de vinte annos» publicada tambem com as «Ordenações da India», Lisboa, 1807, conta-se a mesma historia, porém a ilha Ende é chamada ilha do Conde.

*** END OF THE PROJECT GUTENBERG EBOOK O
DESCOBRIMENTO DA AUSTRALIA PELOS PORTUGUEZES EM
1601 ***

Updated editions will replace the previous one—the old editions will be renamed.

Creating the works from print editions not protected by U.S. copyright law means that no one owns a United States copyright in these works, so the Foundation (and you!) can copy and distribute it in the United States without permission and without paying copyright royalties. Special rules, set forth in the General Terms of Use part of this license, apply to copying and distributing Project Gutenberg™ electronic works to protect the PROJECT GUTENBERG™ concept and trademark. Project Gutenberg is a registered trademark, and may not be used if you charge for an eBook, except by following the terms of the trademark license, including paying royalties for use of the Project Gutenberg trademark. If you do not charge anything for copies of this eBook, complying with the trademark license is very easy. You may use this eBook for nearly any purpose such as creation of derivative works, reports, performances and research. Project Gutenberg eBooks may be modified and printed and given away—you may do practically ANYTHING in the United States with eBooks not protected by U.S. copyright law. Redistribution is subject to the trademark license, especially commercial redistribution.

START: FULL LICENSE

THE FULL PROJECT GUTENBERG LICENSE

PLEASE READ THIS BEFORE YOU DISTRIBUTE OR USE THIS WORK

To protect the Project Gutenberg™ mission of promoting the free distribution of electronic works, by using or distributing this work (or any other work associated in any way with the phrase “Project Gutenberg”), you agree to comply with all the terms of the Full Project Gutenberg™ License available with this file or online at www.gutenberg.org/license.

Section 1. General Terms of Use and Redistributing Project Gutenberg™ electronic works

1.A. By reading or using any part of this Project Gutenberg™ electronic work, you indicate that you have read, understand, agree to and accept all the terms of this license and intellectual property (trademark/copyright) agreement. If you do not agree to abide by all the terms of this agreement, you must cease using and return or destroy all copies of Project Gutenberg™ electronic works in your possession. If you paid a fee for obtaining a copy of or access to a Project Gutenberg™ electronic work and you do not agree to be bound by the terms of this agreement, you may obtain a refund from the person or entity to whom you paid the fee as set forth in paragraph 1.E.8.

1.B. “Project Gutenberg” is a registered trademark. It may only be used on or associated in any way with an electronic work by people who agree to be bound by the terms of this agreement. There are a few things that you can do with most Project Gutenberg™ electronic

works even without complying with the full terms of this agreement. See paragraph 1.C below. There are a lot of things you can do with Project Gutenberg™ electronic works if you follow the terms of this agreement and help preserve free future access to Project Gutenberg™ electronic works. See paragraph 1.E below.

1.C. The Project Gutenberg Literary Archive Foundation (“the Foundation” or PGLAF), owns a compilation copyright in the collection of Project Gutenberg™ electronic works. Nearly all the individual works in the collection are in the public domain in the United States. If an individual work is unprotected by copyright law in the United States and you are located in the United States, we do not claim a right to prevent you from copying, distributing, performing, displaying or creating derivative works based on the work as long as all references to Project Gutenberg are removed. Of course, we hope that you will support the Project Gutenberg™ mission of promoting free access to electronic works by freely sharing Project Gutenberg™ works in compliance with the terms of this agreement for keeping the Project Gutenberg™ name associated with the work. You can easily comply with the terms of this agreement by keeping this work in the same format with its attached full Project Gutenberg™ License when you share it without charge with others.

1.D. The copyright laws of the place where you are located also govern what you can do with this work. Copyright laws in most countries are in a constant state of change. If you are outside the United States, check the laws of your country in addition to the terms of this agreement before downloading, copying, displaying, performing, distributing or creating derivative works based on this work or any other Project Gutenberg™ work. The Foundation makes no representations concerning the copyright status of any work in any country other than the United States.

1.E. Unless you have removed all references to Project Gutenberg:

1.E.1. The following sentence, with active links to, or other immediate access to, the full Project Gutenberg™ License must appear prominently whenever any copy of a Project Gutenberg™ work (any work on which the phrase “Project Gutenberg” appears, or

with which the phrase “Project Gutenberg” is associated) is accessed, displayed, performed, viewed, copied or distributed:

This eBook is for the use of anyone anywhere in the United States and most other parts of the world at no cost and with almost no restrictions whatsoever. You may copy it, give it away or re-use it under the terms of the Project Gutenberg License included with this eBook or online at www.gutenberg.org. If you are not located in the United States, you will have to check the laws of the country where you are located before using this eBook.

1.E.2. If an individual Project Gutenberg™ electronic work is derived from texts not protected by U.S. copyright law (does not contain a notice indicating that it is posted with permission of the copyright holder), the work can be copied and distributed to anyone in the United States without paying any fees or charges. If you are redistributing or providing access to a work with the phrase “Project Gutenberg” associated with or appearing on the work, you must comply either with the requirements of paragraphs 1.E.1 through 1.E.7 or obtain permission for the use of the work and the Project Gutenberg™ trademark as set forth in paragraphs 1.E.8 or 1.E.9.

1.E.3. If an individual Project Gutenberg™ electronic work is posted with the permission of the copyright holder, your use and distribution must comply with both paragraphs 1.E.1 through 1.E.7 and any additional terms imposed by the copyright holder. Additional terms will be linked to the Project Gutenberg™ License for all works posted with the permission of the copyright holder found at the beginning of this work.

1.E.4. Do not unlink or detach or remove the full Project Gutenberg™ License terms from this work, or any files containing a part of this work or any other work associated with Project Gutenberg™.

1.E.5. Do not copy, display, perform, distribute or redistribute this electronic work, or any part of this electronic work, without prominently displaying the sentence set forth in paragraph 1.E.1 with

active links or immediate access to the full terms of the Project Gutenberg™ License.

1.E.6. You may convert to and distribute this work in any binary, compressed, marked up, nonproprietary or proprietary form, including any word processing or hypertext form. However, if you provide access to or distribute copies of a Project Gutenberg™ work in a format other than “Plain Vanilla ASCII” or other format used in the official version posted on the official Project Gutenberg™ website (www.gutenberg.org), you must, at no additional cost, fee or expense to the user, provide a copy, a means of exporting a copy, or a means of obtaining a copy upon request, of the work in its original “Plain Vanilla ASCII” or other form. Any alternate format must include the full Project Gutenberg™ License as specified in paragraph 1.E.1.

1.E.7. Do not charge a fee for access to, viewing, displaying, performing, copying or distributing any Project Gutenberg™ works unless you comply with paragraph 1.E.8 or 1.E.9.

1.E.8. You may charge a reasonable fee for copies of or providing access to or distributing Project Gutenberg™ electronic works provided that:

- • You pay a royalty fee of 20% of the gross profits you derive from the use of Project Gutenberg™ works calculated using the method you already use to calculate your applicable taxes. The fee is owed to the owner of the Project Gutenberg™ trademark, but he has agreed to donate royalties under this paragraph to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation. Royalty payments must be paid within 60 days following each date on which you prepare (or are legally required to prepare) your periodic tax returns. Royalty payments should be clearly marked as such and sent to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation at the address specified in Section 4, “Information about donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation.”
- • You provide a full refund of any money paid by a user who notifies you in writing (or by e-mail) within 30 days of receipt that s/he does not agree to the terms of the full Project Gutenberg™ License. You must require such a user to return or destroy all

copies of the works possessed in a physical medium and discontinue all use of and all access to other copies of Project Gutenberg™ works.

- • You provide, in accordance with paragraph 1.F.3, a full refund of any money paid for a work or a replacement copy, if a defect in the electronic work is discovered and reported to you within 90 days of receipt of the work.
- • You comply with all other terms of this agreement for free distribution of Project Gutenberg™ works.

1.E.9. If you wish to charge a fee or distribute a Project Gutenberg™ electronic work or group of works on different terms than are set forth in this agreement, you must obtain permission in writing from the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, the manager of the Project Gutenberg™ trademark. Contact the Foundation as set forth in Section 3 below.

1.F.

1.F.1. Project Gutenberg volunteers and employees expend considerable effort to identify, do copyright research on, transcribe and proofread works not protected by U.S. copyright law in creating the Project Gutenberg™ collection. Despite these efforts, Project Gutenberg™ electronic works, and the medium on which they may be stored, may contain “Defects,” such as, but not limited to, incomplete, inaccurate or corrupt data, transcription errors, a copyright or other intellectual property infringement, a defective or damaged disk or other medium, a computer virus, or computer codes that damage or cannot be read by your equipment.

1.F.2. LIMITED WARRANTY, DISCLAIMER OF DAMAGES - Except for the “Right of Replacement or Refund” described in paragraph 1.F.3, the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, the owner of the Project Gutenberg™ trademark, and any other party distributing a Project Gutenberg™ electronic work under this agreement, disclaim all liability to you for damages, costs and expenses, including legal fees. YOU AGREE THAT YOU HAVE NO REMEDIES FOR NEGLIGENCE, STRICT LIABILITY, BREACH OF WARRANTY OR BREACH OF CONTRACT EXCEPT THOSE PROVIDED IN PARAGRAPH 1.F.3. YOU AGREE THAT THE

FOUNDATION, THE TRADEMARK OWNER, AND ANY DISTRIBUTOR UNDER THIS AGREEMENT WILL NOT BE LIABLE TO YOU FOR ACTUAL, DIRECT, INDIRECT, CONSEQUENTIAL, PUNITIVE OR INCIDENTAL DAMAGES EVEN IF YOU GIVE NOTICE OF THE POSSIBILITY OF SUCH DAMAGE.

1.F.3. LIMITED RIGHT OF REPLACEMENT OR REFUND - If you discover a defect in this electronic work within 90 days of receiving it, you can receive a refund of the money (if any) you paid for it by sending a written explanation to the person you received the work from. If you received the work on a physical medium, you must return the medium with your written explanation. The person or entity that provided you with the defective work may elect to provide a replacement copy in lieu of a refund. If you received the work electronically, the person or entity providing it to you may choose to give you a second opportunity to receive the work electronically in lieu of a refund. If the second copy is also defective, you may demand a refund in writing without further opportunities to fix the problem.

1.F.4. Except for the limited right of replacement or refund set forth in paragraph 1.F.3, this work is provided to you 'AS-IS', WITH NO OTHER WARRANTIES OF ANY KIND, EXPRESS OR IMPLIED, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO WARRANTIES OF MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PURPOSE.

1.F.5. Some states do not allow disclaimers of certain implied warranties or the exclusion or limitation of certain types of damages. If any disclaimer or limitation set forth in this agreement violates the law of the state applicable to this agreement, the agreement shall be interpreted to make the maximum disclaimer or limitation permitted by the applicable state law. The invalidity or unenforceability of any provision of this agreement shall not void the remaining provisions.

1.F.6. INDEMNITY - You agree to indemnify and hold the Foundation, the trademark owner, any agent or employee of the Foundation, anyone providing copies of Project Gutenberg™ electronic works in accordance with this agreement, and any volunteers associated with the production, promotion and distribution of Project Gutenberg™ electronic works, harmless from all liability, costs and expenses, including legal fees, that arise directly or

indirectly from any of the following which you do or cause to occur:

(a) distribution of this or any Project Gutenberg™ work, (b) alteration, modification, or additions or deletions to any Project Gutenberg™ work, and (c) any Defect you cause.

Section 2. Information about the Mission of Project Gutenberg™
Project Gutenberg™ is synonymous with the free distribution of electronic works in formats readable by the widest variety of computers including obsolete, old, middle-aged and new computers. It exists because of the efforts of hundreds of volunteers and donations from people in all walks of life.

Volunteers and financial support to provide volunteers with the assistance they need are critical to reaching Project Gutenberg™'s goals and ensuring that the Project Gutenberg™ collection will remain freely available for generations to come. In 2001, the Project Gutenberg Literary Archive Foundation was created to provide a secure and permanent future for Project Gutenberg™ and future generations. To learn more about the Project Gutenberg Literary Archive Foundation and how your efforts and donations can help, see Sections 3 and 4 and the Foundation information page at www.gutenberg.org.

Section 3. Information about the Project Gutenberg Literary Archive Foundation

The Project Gutenberg Literary Archive Foundation is a non-profit 501(c)(3) educational corporation organized under the laws of the state of Mississippi and granted tax exempt status by the Internal Revenue Service. The Foundation's EIN or federal tax identification number is 64-6221541. Contributions to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation are tax deductible to the full extent permitted by U.S. federal laws and your state's laws.

The Foundation's business office is located at 809 North 1500 West, Salt Lake City, UT 84116, (801) 596-1887. Email contact links and up to date contact information can be found at the Foundation's website and official page at www.gutenberg.org/contact

Section 4. Information about Donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation

Project Gutenberg™ depends upon and cannot survive without widespread public support and donations to carry out its mission of

increasing the number of public domain and licensed works that can be freely distributed in machine-readable form accessible by the widest array of equipment including outdated equipment. Many small donations (\$1 to \$5,000) are particularly important to maintaining tax exempt status with the IRS.

The Foundation is committed to complying with the laws regulating charities and charitable donations in all 50 states of the United States. Compliance requirements are not uniform and it takes a considerable effort, much paperwork and many fees to meet and keep up with these requirements. We do not solicit donations in locations where we have not received written confirmation of compliance. To SEND DONATIONS or determine the status of compliance for any particular state visit www.gutenberg.org/donate. While we cannot and do not solicit contributions from states where we have not met the solicitation requirements, we know of no prohibition against accepting unsolicited donations from donors in such states who approach us with offers to donate.

International donations are gratefully accepted, but we cannot make any statements concerning tax treatment of donations received from outside the United States. U.S. laws alone swamp our small staff. Please check the Project Gutenberg web pages for current donation methods and addresses. Donations are accepted in a number of other ways including checks, online payments and credit card donations. To donate, please visit: www.gutenberg.org/donate.

Section 5. General Information About Project Gutenberg™ electronic works

Professor Michael S. Hart was the originator of the Project Gutenberg™ concept of a library of electronic works that could be freely shared with anyone. For forty years, he produced and distributed Project Gutenberg™ eBooks with only a loose network of volunteer support.

Project Gutenberg™ eBooks are often created from several printed editions, all of which are confirmed as not protected by copyright in the U.S. unless a copyright notice is included. Thus, we do not necessarily keep eBooks in compliance with any particular paper edition.

Most people start at our website which has the main PG search facility: www.gutenberg.org.

This website includes information about Project Gutenberg™, including how to make donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, how to help produce our new eBooks, and how to subscribe to our email newsletter to hear about new eBooks.